

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MÃES HIV+ NO ESTADO DO CEARÁ EM 2019 E A PERCEPÇÃO DO CONSULTOR DE AMAMENTAÇÃO QUANTO A IMPORTÂNCIA DO SEU PAPEL NO ACOMPANHAMENTO DO BINÔMIO MÃE E BEBÊ NO PROCESSO DE NÃO AMAMENTAÇÃO

Aline Albuquerque Barros Holanda¹

José Eleutério Junior²

INTRODUÇÃO

A amamentação por mulheres HIV traz consigo o risco da transmissão materno infantil da doença para o RN, ou seja, mesmo a mãe em uso de profilaxia antirretroviral (ARV) não é possível conter a eliminação do HIV-1 pelo leite materno. Sendo assim, no último Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas (PCDT)¹, ano de 2019, recomenda-se que toda puérpera vivendo com HIV/aids seja orientada a não amamentar seus filhos, nem realizar doação de leite para Bancos de Leite Humano (BLH); contraindica o aleitamento materno cruzado e orienta a “secagem” do leite da lactante. Sendo assim, aqui no Brasil, essas mulheres devem ser instruídas sobre o direito a receber fórmula láctea infantil gratuitamente. Infectada ou não pelo HIV, a criança exposta tem direito de receber 10 latas da fórmula láctea infantil até o sexto mês de vida, como são os casos do estado do Ceará. Alguns estados fornecem a fórmula até os 12 meses de idade ou mais. O papel do consultor de amamentação é abordar em suas consultorias de forma personalizada as diversas limitações que possam surgir durante o processo de aleitamento materno. Seu acompanhamento traz maior segurança e conforto emocional as lactentes. Esses profissionais em seus manejos clínicos abrangem orientações, diálogo e realização de intervenções diretas frente aos problemas que possam surgir, além de atuar na confiança da lactente em seu processo de aleitamento materno.

OBJETIVOS:

Descrever o perfil epidemiológico de mães HIV+ no estado do Ceará no ano de 2019 e a percepção de um consultor de amamentação quanto a importância de seu papel no acompanhamento desse binômio mãe HIV+ e bebê exposto.

¹Enfermeira, Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

²Médico, Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

MÉTODOS:

Estudo epidemiológico descritivo, retrospectivo, com coleta de dados secundários e abordagem quantitativa das gestantes HIV+ do estado do Ceará em 2019 e qualitativa da percepção do consultor de amamentação. Os dados foram coletados das fichas de notificação dos casos confirmados de gestante de HIV e AIDS em criança menor de cinco anos. Os critérios de inclusão foram os casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ceará que também tinham como município de residência o referido estado. Quanto aos critérios de exclusão, os mesmos ocorreram em fichas com inconsistências que impossibilitavam a análise do caso.

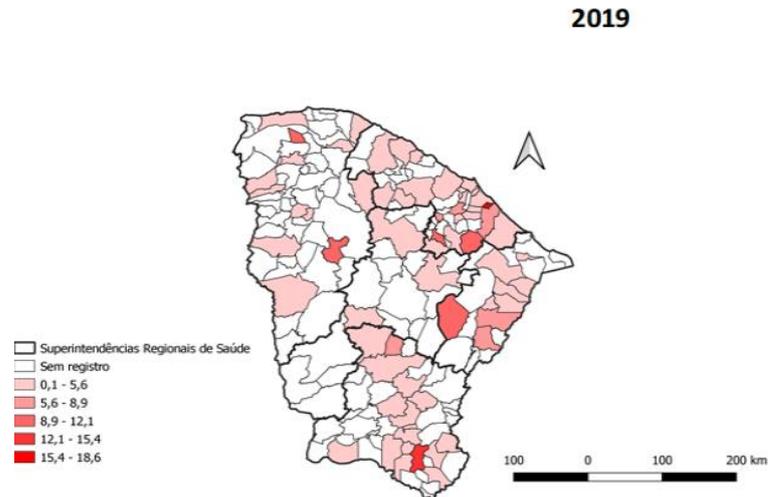
RESULTADOS:

Nesse período foram notificadas no Sinan 275 gestantes HIV com predomínio da faixa etária de 20 a 29 anos (53,1%), ensino fundamental incompleto (36,0%) e declaradas pardas (85,8%). Em 2019, a taxa de detecção em gestantes foi de 2,1 /1.000 nascidos vivos. No mesmo período foram distribuídas 16.495 latas de fórmula láctea infantil correspondente a 275 crianças (10 latas por mês durante seis meses), ou seja, todas as gestantes que foram notificadas nesse ano foram atendidas pelo programa. Ao visualizar esses casos geograficamente os municípios de Palmácia com 22,7% e Pindoretama com 17,6% representaram as maiores taxas de detecção do ano avaliado, os quais fazem parte da Secretaria Regional de Saúde (SRS) de Fortaleza. Neste mesmo ano, o município de Quixadá correspondente a SRS Sertão Central e o município de Barbalha na SRS Cariri apresentaram as menores taxas ficando em 0,7% e 0,8% respectivamente (Figura 1).

¹Enfermeira, Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

²Médico, Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Figura 1. Distribuição geográfica das taxas de detecção de HIV em gestantes (por 1.000 nascidos vivos) por Superintendência Regional de Saúde de residência e ano de diagnóstico, Ceará, 2019



Fonte: SINAN. Dados exportados em 10/01/2022 sujeitos à alteração. Produzidos pela própria autora.

A taxa de detecção de AIDS em menores de 5 anos de idade tem sido utilizada como indicador para o monitoramento da transmissão vertical do HIV. No ano de 2019 a taxa de detecção foi de 0,8 casos por 100.000 habitantes, ou seja, um registro de cinco casos no ano. Diante desses resultados e com o importante papel que o consultor de amamentação tem no que diz respeito ao aleitamento materno, já descritos pela literatura², indica o quão importante se faz esse acompanhamento a essas mulheres por esse profissional. Não só pela contribuição nas orientações e no manejo dos casos, em especial no apoio frente as condutas de enfaixamento dos seios, relatados na literatura por essas mulheres como dolorosos e punitivos, mas também no fortalecimento da ideia de não amamentar o bebê para diminuir assim as chances do mesmo adquirir o vírus do HIV. O acompanhamento do uso correto da medicação antirretroviral para diminuir a ação viral como também o uso da Cabergolina como inibidor da secreção láctea, assim como também demais medidas para contenção do vírus, é tão importante quanto a escuta qualificada dessas mulheres que passam por um misto de sentimentos nessa vivência da não amamentação além do preconceito e discriminação. Para manter o bebê sadio, a mãe sabe da importância da não amamentação e da necessidade de reestruturar a relação mãe e bebê, além de ter que lidar com a discriminação e o preconceito da sociedade frente a um bebê que não está sendo amamentado.³

¹Enfermeira, Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

²Médico, Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

CONCLUSÃO:

A infecção pelo HIV ainda assume proporções alarmantes e se configura como um grande problema de saúde pública. Com a quantidade de casos que ainda ocorrem em mulheres em idade reprodutiva e, conseqüentemente, com o número de crianças expostas, é de extrema importância o esclarecimento do papel do aleitamento materno na transmissão do HIV e o acompanhamento desse binômio mãe e bebê por um profissional habilitado, tanto na adoção de medidas de controle e propagação do vírus quanto no apoio emocional e manejo clínico dessas mulheres no seu processo de não-amamentação. Ao avaliar sua capacidade de amamentar, pesando seus riscos e benefícios, seus sentimentos, essa mulher toma a decisão que impactará positivamente ou negativamente em sua vida e na vida de seu filho para sempre. Contudo, para garantir o sucesso do acompanhamento da família nesse processo de não-amamentação, torna-se necessária qualificação, conscientização e engajamento dos profissionais de saúde, em especial para esses casos os quais não fazem parte da rotina do dia a dia do consultor de amamentação e que necessitam tanto desse apoio e acolhimento. O acompanhamento dessas famílias por um profissional habilitado como o consultor de amamentação impactaria positivamente para o sucesso da não transmissão vertical do HIV pelo aleitamento materno.

¹Enfermeira, Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

²Médico, Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

REFERÊNCIAS:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical do HIV, Sífilis e Hepatites Virais [recurso eletrônico]** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.224 p.: il. Acesso: Worl Wid
Web:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_hiv_sifilis_hepatites.pdf
ISBN 978-65-5993-234-4.

Sanchez, C. C. G; Rea, M.M.F; Filipe, E. V.; **Mães HIV positivo e a não-amamentação.** Rev. Bras. Saude Mater. Infant. 6 (2), Jun 2006. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000200007>.

Chaves, A. F. L.; Vitoriano, L. N. H.; Borges, F. L. P.; Melo, R. D. A.; Oliveira, M. G.; Ana Carolina Maria Araújo Chagas Costa Lima; **PERCEÇÃO DAS MULHERES QUE RECEBERAM CONSULTORIA EM AMAMENTAÇÃO.** Enferm. Foco 2019; 10 (5): 79-84

¹Enfermeira, Mestre pela Universidade Federal do Ceará, Brasil.

²Médico, Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil.